

Entre o antipetismo e o lavajatismo: o nacionalismo da alta classe média nas mobilizações pelo impeachment (2015-16)

Arthur Salomão (UNICAMP)¹

Resumo: O objetivo deste texto é analisar o nacionalismo das mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff. Da perspectiva da composição social, esses protestos foram marcados pela presença massiva e hegemônica da alta classe média brasileira, camada que tem se destacado como principal base social de oposição aos governos petistas. Por esse motivo, discutimos primeiramente os efeitos do reformismo petista sobre as classes médias superiores. Em seguida, abordamos os principais eventos políticos que contribuíram para a consolidação de dois elementos ideológicos: o antipetismo e a luta contra a corrupção. Com esta fundamentação, partimos para a análise da performance nacionalista da campanha pró-impeachment por meio de suas pautas, palavras de ordem, cartazes e estética, levando em consideração o ideal de nação, a definição do povo brasileiro e os interesses nacionais. Nossa conclusão aponta que o nacionalismo desempenhou um papel importante em duas direções: a) ocupar o vazio deixado pela lógica antissistema derivada da luta contra a corrupção; b) fornecer uma identidade positiva para os manifestantes que reivindicavam o retorno do Estado para o "verdadeiro" povo brasileiro, representado pela burocracia de Estado lavajatista, vista como técnica, neutra e imparcial, portanto, em defesa legítima do Brasil. Assim, a nação ideal seria unida, comandada pelos autodenominados patriotas, e os interesses nacionais estariam livres do bolivarianismo e da corrupção.

Palavras-chave: antipetismo; Operação Lava Jato; alta classe média; lavajatismo; impeachment.

Abstract: This text intends to analyze the nationalism of the mobilizations for the impeachment of Dilma Rousseff. From the perspective of social composition, these protests were marked by the massive and hegemonic presence of the Brazilian upper middle class, a layer that has stood out as the main social base of opposition to PT governments. For this reason, we first discuss the effects of PT reformism on the upper middle classes. Then, we address the main political events that contributed to the consolidation of two ideological elements: *antipetismo* and the fight against corruption.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciência Política pela mesma instituição.

With this foundation, we set out to analyze the nationalist performance of the pro-impeachment campaign through its guidelines, slogans, posters and aesthetics, taking into account the ideal of nation, the definition of the Brazilian people and national interests. Our conclusion points out that nationalism played an important role in two directions: a) filling the void left by the anti-system logic derived from the fight against corruption; b) providing a positive identity for the protesters who demanded the return of the State to the "true" Brazilian people, represented by the *lavajatista* State bureaucracy, seen as technical, neutral and impartial, therefore, in legitimate defense of Brazil. Thus, the ideal nation would be united, led by self-styled patriots, and national interests would be free from Bolivarianism and corruption.

Keywords: antipetismo; Operation Car Wash; Upper Middle class; lavajatismo; impeachment.

1. Introdução

No período mais recente, os nacionalismos e os ideais de nação têm sido temas de pesquisa relegados ao esquecimento em grande parte das ciências sociais brasileiras. Há poucas pesquisas, sobretudo na ciência política, dedicadas ao exame das apropriações contemporâneas da ideologia nacional. A ausência se explica, em parte, pelo papel secundário que o nacionalismo tomou após o final da Ditadura Militar e a redemocratização. Claro que os partidos e alguns movimentos sociais faziam uso discursivo da nação, mas a mobilização da ideia de nação como forma de organizar um campo político e o apego profundo e disseminado dos símbolos nacionais foram vistos pela última vez nas Diretas Já (1984) e no Fora Collor (1992). Após um período de ostracismo, eis que, numa onda global complexa de ascensão de lideranças, movimentos e bases sociais de extrema direita, o nacionalismo retorna aos holofotes e se torna central para atores como Trump, Le Pen, Erdogan e Jair Bolsonaro. Embora a onda seja global e com influências externas, no caso brasileiro, Bolsonaro se aproveitou de um caldo nacionalista que vinha se formando bem antes dele despontar em pesquisas de intenção de voto.

Como iremos argumentar, os primeiros sinais de performances nacionalistas vieram nas mobilizações de junho de 2013 quando, após as primeiras fases organizadas por movimentos de esquerda, camisetas verde e amarelo foram colocadas na rua por manifestantes à direita do governo federal. Todavia, naquele momento, ainda não havia de fato a conformação de um nacionalismo como elemento ideológico, mas somente o

uso dos símbolos nacionais como meio de identificação dos atores. O próximo passo seria dado com as mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016. Foi nesse contexto que o nacionalismo se tornou o elemento ideológico que unificou os manifestantes para se contrapor ao “partidarismo” petista e para aglutinar classes e grupos sociais que faziam uma oposição liberal e conservadora aos governos petistas. Nessa campanha de mobilizações, do ponto de vista da composição social, como expõem algumas pesquisas (CAVALCANTE; ARIAS, 2019; TATAGIBA; GALVÃO, 2016), uma camada social se mostrou sobrerrepresentada e suas pautas hegemonizaram tais protestos: a alta classe média brasileira.

Diante disso, o objetivo desta comunicação é analisar de que maneira as mobilizações pelo impeachment, cuja camada social predominante foi a alta classe média, se apropriaram da ideologia nacional. Para isso, buscamos desvelar quais foram os conteúdos de classe imbuídos em sua definição de interesses nacionais, bem como o ideal de nação defendido e a definição do povo. Tais elementos – povo, ideal de nação e interesses nacionais – são centrais para a apropriação da ideologia nacional, pois constituem e particularizam uma própria interpretação nacional e evidenciam uma disputa em torno da política de Estado. Em termos práticos, eles denotam qual o “legítimo” brasileiro, que tipo de país é almejado e quais as direções as políticas públicas devem seguir. Assim, se a alta classe média discordava das políticas econômica, externa e social dos governos petistas, o seu nacionalismo e a definição dos interesses nacionais demarcavam qual seria o redirecionamento necessário na política de Estado.

Antes, devemos fazer alguns apontamentos sobre o estatuto teórico do nacionalismo. Nação, nacionalismo e ideologia nacional são temas que apresentam uma multiplicidade de enfoques, abordagens teóricas e periodizações. Mesmo no interior de um campo teórico, como é o caso do marxismo, diferentes autores delineiam distintos aspectos centrais, o que torna pouco consensual a investigação científica do nacionalismo. Ademais, a maior parte da literatura sobre o nacionalismo se dedicou mais aos aspectos históricos e teóricos da origem dos nacionalismos do que com aspectos metodológicos que propiciem uma análise concreta das apropriações e transformações da ideologia nacional. Diante dessas lacunas e ciente da impossibilidade de esgotar esse tema, a perspectiva teórica que optamos por utilizar retira de Poulantzas (2019[1968]) os princípios epistemológicos da nação, bem como os desenvolvimentos e as análises históricas concretas de Almeida (2014).

Nessa perspectiva, a nação é investigada a partir de sua articulação com a estrutura do aparelho de Estado e com as relações de produção, portanto, de uma perspectiva de classe. As bases da ideologia nacional estão inseridas na própria estrutura jurídico-política do Estado burguês – burocratismo e direito burguês –, mais especificamente na dinâmica entre individualização dos agentes – efeito de isolamento – e, posteriormente, aglutinação desses em um coletivo nacional – efeito de representação de unidade –. Sendo assim, o direito burguês, que constitui uma sociedade de sujeitos livres e iguais, produz uma representação ideológica do conjunto desses iguais, juntamente com o burocratismo, ao inserir a noção de comunidade nacional e ocultar a dominação de classe.

Cabe registrar a importante diferenciação conceitual que Almeida (2014) tece entre ideologia nacional e nacionalismo, ainda que parte da literatura as trate como sinônimos. Por ideologia nacional, o autor designa uma estrutura ideológica do capitalismo ligada à legitimidade do tipo burguês de Estado. Por efeito, é possível dizer que em qualquer formação social capitalista poderíamos identificar algum tipo de reprodução da ideologia nacional, isto é, algum tipo de expressão de pertencimento dos agentes dessa formação social a sua coletividade. O nacionalismo, por sua vez, seriam as apropriações que uma ou mais classes e/ou frações fazem da ideologia nacional. Para isso, Almeida (2014) recorre ao conceito de variante ideológica, uma forma de apreender os “movimentos contraditórios por intermédio dos quais a ideologia nacional perpassa as diferentes classes sociais e frações de classe” (ALMEIDA, 2014, p. 87).

Além disso, estamos cientes da “ambiguidade política-ideológica” (KAYSEL, 2014, p. 87) que constitui o debate em torno das formas de apropriação da ideologia nacional. O nacionalismo pode ser utilizado para designar a ideologia de movimentos distantes e até opostos, da extrema-direita até a esquerda, de chauvinistas até anti-imperialistas. Há uma disputa no sentido da nação que torna mais complexa a relação entre nacionalismo e classes sociais, o que nos impede de atribuir um sentido unívoco à ideologia nacional. O nacionalismo no Brasil não foi somente expressão dos setores mais conservadores e liberais, tendo sido importante na integração política das classes populares num contexto de condição periférica ao imperialismo (KAYSEL, 2014). Contudo, se o nacionalismo não é necessariamente de classe média, quando ele é agitado pelas classes médias, ele vai carregar em si conteúdos de classe específicos. Nesses termos relacionais, em que o objetivo é menos dizer o que ele é essencialmente e mais apontar como a classe influi na apropriação da ideologia nacional em determinadas conjunturas concretas, o que se observou na conjuntura analisada foi a constituição do

nacionalismo como elemento ideológico de uma camada da classe média à direita dos governos petistas.

O texto está dividido em mais três subseções, além desta introdução. Na primeira, discutimos brevemente os efeitos do reformismo petista sobre as classes médias superiores e os principais momentos políticos que antecederam as mobilizações em favor do impeachment: a presença compartilhada das classes médias nos protestos de junho de 2013 e a frustração da oposição com o resultado das eleições presidenciais de 2014. Em seguida, abordamos as mobilizações pelo impeachment com o intuito de analisar a performance nacionalista da base social antipetista. Por fim, nas considerações finais, retomamos alguns dos argumentos e destacamos o papel central do nacionalismo na política brasileira contemporânea.

2. Os antecedentes das mobilizações pelo impeachment

a. O reformismo petista e a repercussão na classe média superior

Começamos, portanto, abordando brevemente o significado e os efeitos dos governos petistas. Tomamos como ponto de partida as avaliações segundo as quais o ciclo de governos encabeçados pelo PT se caracterizou por reformas no modelo neoliberal herdado do final do século XX (BOITO JR, 2018; SAAD FILHO; MORAIS, 2018; SINGER, 2012). No conjunto dos autores que sustentam tal argumento, há divergências substanciais sobre o tipo e o grau das modificações. No entanto, os limites são menos polêmicos: as políticas neodesenvolvimentistas (BOITO JR, 2018) do reformismo fraco petista (SINGER, 2012) não chegaram a alterar profundamente a base econômica e a estrutura de classes que alimentam a desigualdade social brasileira. O país se especializou em processar *commodities* para o mercado externo e a ascensão social das classes populares foi modesta. Entretanto, do ponto de vista das classes médias, o que nos interessa é que as ações dos governos petistas foram suficientes para desencadear uma reação de rejeição ao núcleo central das políticas reformistas.

Vejamos brevemente os principais os efeitos das políticas econômicas e sociais dos governos neodesenvolvimentistas do PT que repercutiram negativamente na alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019) e suscitaram seu antipetismo. Nos orientamos por um enquadramento explicativo que concebe tais efeitos a partir de um conjunto interligado de processos que une impactos econômicos e componentes

ideológicos que justificam a posição social, portanto, dimensões materiais e subjetivas². O argumento é que as políticas neodesenvolvimentistas tocaram, ainda que superficialmente, em barreiras da estrutura de classes brasileira que asseguram a reprodução da posição social de privilégio da alta classe média.

As políticas de redistribuição de renda e de valorização do salário mínimo promoveram ascensão econômica das classes populares e indiretamente incidiram na alta classe média. Por seu efeito inflacionário (CARVALHO, 2018), encareceram serviços domésticos e pessoais que sustentam um modo de vida de classe média – como alimentação em restaurantes, faxineiras, cabelereiras, babás, caseiros, etc – e forçaram algumas mudanças na relação entre patrão e empregado em tais serviços. Nesse cenário, o consumo se ampliou – tanto pelo aumento da renda quanto pela viabilização de crédito – e as classes populares passaram a frequentar espaços e adquirir mercadorias de uso das classes médias tradicionais, instigando a sensação de desvalorização simbólica de tais mercadorias e espaços³. Em suma, os novos consumidores, em geral provenientes da “Classe C”⁴, passaram a frequentar espaços de reprodução social das classes médias tradicionais, o que incomodou aquela que já estava ali posicionada. Exemplo sintomático foram os “rolezinhos”, encontros em shoppings centers realizados por jovens e adolescentes das periferias das grandes cidades (PINHEIRO-MACHADO E SCALCO, 2014), além da indignação com novos consumidores de viagens aéreas. Embora sejam um sintoma de algo mais amplo e não sua causa, eles evidenciam justamente que a alta classe média sentiu que seu lugar social, no qual essa “merece” estar, estava ameaçado.

² O caso das trabalhadoras domésticas ilustra bem como tais componentes caminham juntos. A mudança na oferta e no valor pago às trabalhadoras domésticas, decorrente das melhores condições de trabalho e do aumento do salário mínimo, foi sentida pela alta classe média a partir de alterações na estrutura e na posição social, como uma ameaça à relação paternalista e servil dos lares. Ao instituir direitos trabalhistas e melhorar as condições de barganha dos trabalhadores domésticos, entrando no âmbito privado das relações entre empregador e empregadas domésticas, os governos petistas reconfiguraram, ainda que superficialmente, as relações de classe com perturbações ideológicas e alterações materiais. As fronteiras de classe e a hierarquia social, bem demarcadas, foram abaladas pelo maior poder de barganha das domésticas. Nesse sentido, a base material, na prática, se une a uma dimensão subjetiva. Para cada uma das principais políticas sociais, as motivações econômicas, sociais e ideológicas se misturavam e alimentavam a reação da alta classe média.

³ Em 2010, um comentarista da emissora de televisão RBS, ao discutir as causas para o alto volume de trânsito e acidentes, ilustrou bem o argumento: “Antes de mais nada a popularização do automóvel. Hoje qualquer miserável tem um carro. O sujeito jamais leu um livro, mora apertado numa gaiola. (...) Resultado deste governo espúrio que popularizou, pelo crédito fácil, o carro para quem nunca tinha lido um livro”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4tbOIuPU5Vs>>. Acesso em: 03 out. 2022.

⁴ Muito se discutiu durante os governos petistas sobre uma suposta mobilidade social de uma “nova classe média”. O termo era impreciso e suscitou diversas respostas que não cabem aqui. De toda forma, citamos a discussão sobre a melhora nas condições de renda das classes populares, pois ela está diretamente entrelaçada com a reação das classes médias tradicionais.

Além disso, a expansão do Ensino Superior, a implementação de políticas de refinanciamento e de bolsas estudantis e a adoção de cotas sociais/raciais nas universidades públicas e no serviço federal abriram as portas dessas instituições para as classes populares. Por efeito, tais políticas reduziram o percentual de ingressantes dos filhos da classe média, contestaram sua reserva de mercado e, no caso das cotas, questionaram a validade dos mecanismos meritocráticos⁵ (CAVALCANTE, 2015) que justificam as posições e os privilégios da classe média. Por fim, a união desses fatores com a maior concorrência no mercado altamente qualificado e o menor crescimento de postos nesse mercado (CAMPOS, 2016; MAGALHÃES, 2015) perturbou os mecanismos de distinção e dificultou a reprodução social das classes médias.

Em síntese, a “agressão” à ideologia meritocrática, a reconfiguração das relações entre classes e as transformações nas fronteiras das classes que vivem do trabalho, via melhora na renda e instrução formal, acenderam um alerta na alta classe média. As políticas neodesenvolvimentistas tocaram, assim, em barreiras da estrutura de classes brasileira que asseguram a posição social e de privilégio da alta classe média – considerado fruto do trabalho árduo e do mérito pessoal – e estimularam o antipetismo dessa camada.

b. O confisco das mobilizações de 2013 e a revolta contra a corrupção

A insatisfação das classes médias superiores com os governos petistas, até então, se mostrava difusa. Manifestou-se em eventos de rua marginais, como o Movimento Cansei (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015)⁶, ou na esfera eleitoral. Esse cenário se alterou com os protestos que se alastraram no país em junho de 2013. Não porque esses protestos tenham sido uma voz fiel e exclusiva de seus interesses, nem porque tal camada tenha sido a protagonista dos atos. Recusamos aqui explicações

⁵ Um exemplo ilustrativo desse questionamento pode ser encontrado em uma entrevista dada por um professor do curso de medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) durante a aprovação de cotas étnico-raciais na instituição. Paulo Palma, se reconhecendo como defensor da meritocracia, afirmou que a adoção de cotas significava trocar cérebros por nádegas e que a universidade se destina a elite cultural do país, “não para vagabundos”. Conferir em: <<https://cartacampinas.com.br/2017/06/x-medico-da-unicamp-diz-que-cotas-e-trocar-cerebro-por-nadegas-reitoria-repudia-declaracoes/>>. Acesso em: 03 out. 2022.

⁶ O “Cansei”, ou Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, foi um movimento que surgiu após o acidente aéreo da TAM em Congonhas. Evocando sentimentos religiosos e militares, seus manifestantes se diziam “cansados” do caos aéreo, das investigações ineficientes contra a corrupção, em referência ao “mensalão”, e também da carga excessiva de tributos. Liderados pelo empresário João Dória e pelo presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, em 17 de agosto, por volta de 2.000 manifestantes se reuniram na Praça da Sé e entoaram um discurso de “Fora Lula”. De acordo com Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 208), “O Cansei lançou as bases para a crítica aos governos do PT, a partir de uma bandeira que associava ineficiência na gestão pública, corrupção e aumento dos gastos sociais.”

simplistas sobre os protestos de 2013 que costumam recair em desvios teleológicos ao concebê-los de forma unificada e linearmente direcionada. Com isso, argumentamos que não estava dado que as direitas confiscariam o sentido das mobilizações e que venceriam as disputas na rua. Em nossa perspectiva, as mobilizações de junho marcam o momento em que, entre a segunda e terceira fase, a classe média conhece as ruas e reconhece, pela primeira vez ao longo do ciclo petista, os possíveis efeitos que seus protestos poderiam causar no processo político.

Seguimos os argumentos de Singer (2018), Tatagiba e Galvão (2019) e Cavalcante e Arias (2019) segundo os quais as mobilizações de junho de 2013 foram marcadas pela heterogeneidade de atores, pluralidade de demandas e cruzamento de ideologias. Esses autores segmentam as mobilizações em três fases que expõem precisamente o momento em que protestos desencadeados pelo MPL, – na primeira fase –, passaram a incorporar atores convocados pelas redes sociais, sem vínculos organizativos e sem experiência de participação em manifestações, – na segunda fase –, desembocando em protestos contra a corrupção hegemônicos pela classe média – terceira fase –. Por isso, em sua última etapa, os partidos e grupos de esquerda foram expulsos e as pautas estiveram mais próximas do público de classe média, como a derrubada da PEC 37⁷ e a luta contra a corrupção. Em municípios menores, fora das regiões metropolitanas, os protestos eram ainda mais fortemente de classe média tradicional, para a qual as demandas por melhorias no transporte público faziam pouca diferença (CAVALCANTE; ARIAS, 2019). Nesse sentido, embora tenham sido desencadeadas por uma oposição à esquerda dos governos petistas, portanto, com pautas progressistas, as mobilizações de 2013 foram confiscadas pela classe média antipetista fortemente influenciada por uma revolta contra a corrupção e contra o sistema político. Claro que, nesse sentido, o sistema político corrupto era associado ao PT, o partido que havia organizado a corrupção.

Desde meados de agosto de 2012, portanto, pouco menos de um ano antes, as classes médias acompanhavam diuturnamente os desdobramentos do julgamento da Ação Penal 470, o famigerado Mensalão. O caso é indispensável na compreensão do comportamento político recente da alta classe média. De acordo com Singer (2012), o escândalo midiático do mensalão – conjuntamente com as medidas socioeconômicas já mencionadas – propiciaram a formação de uma base social antilulista nas classes médias

⁷ Medida que restringia o poder do Ministério Público na condução de investigações criminais, o que, na visão dos manifestantes, impediria abusos e influências externas. Pauta corporativa e extremamente particular, ela serviu como exemplo de bandeira contra a corrupção e a impunidade.

a partir das eleições presidenciais de 2006. Nesse sentido, o mensalão foi o primeiro grande evento catalisador da rejeição das classes médias ao PT. Sua importância foi dar a base para um antipetismo, até então um anticomunismo receoso, que viria associar o PT à corrupção e viabilizar um discurso anticorrupção dirigido diretamente contra o partido.

Com uma cobertura implacável, os principais veículos de comunicação, como o Jornal Nacional da Rede Globo e os jornais com maior circulação (MIGUEL, COUTINHO, 2007), produziram reportagens detalhadas do surgimento e da evolução do caso, transformando-o em um “escândalo midiático”. Nesse momento, com uma cobertura parcial e moralista, centrada em atribuir toda corrupção ao governo petista, temos o surgimento do primeiro herói das classes médias, o ministro Joaquim Barbosa, relator da Ação Penal 470. Diversas edições da revista Veja apresentavam Barbosa como o justiceiro que liderou a condenação dos desonestos, lavando “a alma de todos os brasileiros vítimas dos corruptos”, como encontramos na edição de outubro de 2012. A postura da revista era de propaganda da conduta do ministro, considerando-o um implacável combatente das corrupções petistas e da impunidade na política. “O menino pobre que mudou o país” também era uma amostra de vitória e superação dentro da escada meritocrática – da infância pobre ao mais alto escalão do Judiciário – o que reforçava sua aceitação nas classes médias.

Em pesquisa do Instituto Datafolha, aplicada na manifestação de 20 de junho, 30% dos entrevistados afirmaram que votariam em Joaquim Barbosa para presidente, batendo de longe outras figuras da oposição. Sua intenção de voto se estenderia por um bom tempo. Em fevereiro de 2014, em pergunta estimulada, mesmo enfrentando os dois principais candidatos da época – Dilma (PT) e Aécio (PSDB) –, o ministro do STF apresentava uma média de 16%, acima do candidato tucano e crescendo consideravelmente nos indivíduos com ensino superior e de renda acima de 10 salários mínimos, com 31% e 33% respectivamente. O crescimento da popularidade de Joaquim Barbosa é um primeiro sinal de como as classes médias buscavam no protagonismo judicial uma saída para sua insatisfação com a política dos governos petistas. Somente um herói justiceiro e um salvador da pátria que serviria de referência ética poderia combater a corrupção e moralizar a política. Era um primeiro indício de que o tradicional eleitorado tucano poderia optar por um membro da burocracia de Estado que estivesse mais atrelado à luta antipetista e à bandeira anticorrupção.

Nosso intuito em abordar as mobilizações de 2013 não é casual. É neste contexto que emerge com maior vigor a bandeira anticorrupção (TATAGIBA, 2018b), sobretudo

após a adesão massiva das classes médias às mobilizações de junho. A associação entre antipetismo e luta contra a corrupção era feita de maneira direta, vide o slogan “Fora CorruPTos”. A seletividade da bandeira anticorrupção reside no fato de que se trata de um discurso orientado para atingir o PT e, no máximo, sua base aliada.

De acordo com pesquisa de novembro de 2015 do Datafolha, a corrupção mostrou um crescimento vertiginoso como “principal problema do país” na visão dos entrevistados. O índice esteve a maior parte do tempo, percorrendo governos FHC, Lula e parte do primeiro mandato de Dilma, sem entrar na casa dos dois dígitos. Foi com as mobilizações de junho de 2013 que o índice alcançou 11% e, depois de flutuar entre 9% e 14%, atingiu mais de 20% a partir de fevereiro de 2015. Após se tornar pela primeira vez “o principal problema do país”, registrando 34% em novembro de 2015, chegou ao seu ápice em março de 2016 com 37%.

Chamamos atenção para esses dados por dois motivos principais. Se observarmos tais dados a partir das variáveis renda e escolaridade, veremos que, nos meses em que o índice começa a crescer significativamente, isto é, fevereiro de 2015 quando o percentual dobra, a evolução se deu impulsionada pelos indivíduos das faixas de renda superiores e com ensino superior completo. Em fevereiro de 2015, a média era de 21%, enquanto os entrevistados com renda familiar mensal acima de 10 salários mínimos e ensino superior apresentavam 43% e 35%, respectivamente. Para os indivíduos de renda inferior e escolaridade até ensino médio, o principal problema era a saúde. Em novembro de 2015, a situação se manteve semelhante: 34% de média, 49% para acima de 10 salários mínimos e 45% para ensino superior.

Dessa maneira, os dados levantados confirmam dois aspectos da luta contra a corrupção durante a crise política do governo Dilma Rousseff. Em primeiro lugar, atesta seu caráter de classe média ao comprovar que a corrupção surge como principal problema do país pioneiramente pelas classes médias superiores. Em segundo lugar, demonstra o momento histórico no qual o combate à corrupção se alastra efetivamente no debate público, iniciando 2015 como uma pauta principalmente da classe média superior e se tornando a principal preocupação dos entrevistados somente após as três primeiras manifestações, atingindo seu ápice após a manifestação de março de 2016. Assim, foi a ação das classes médias superiores nas ruas e a atuação da burocracia de Estado lavajatista, combinada com os noticiários parciais da grande imprensa, que possibilitaram que a corrupção se tornasse a razão pela qual o país se encontrava em péssima situação econômica e caos político.

Vejam os aspectos da bandeira anticorrupção, pois ela será central na conformação do nacionalismo. De acordo com a análise de Martuscelli (2016) acerca do lugar da corrupção nas crises políticas recentes⁸, tais lutas não devem ser interpretadas como simples mentira ou incoerência, pois carregam conteúdo de classe. Mobilizada principalmente pelas classes médias, embora apresente um componente retórico universalista, a bandeira anticorrupção assume feição seletiva na medida em que não se desvincula do processo político e evidencia uma posição frente a ele.

Em linha semelhante, Cavalcante (2015, p. 183) argumenta que a corrupção é estrutural a qualquer sistema político e se insere no interior dos conflitos entre classes, o que a torna necessariamente seletiva e orientada para fins diversos. Em suas pesquisas, sustenta também que a luta contra a corrupção se constrói amparada no meritocratismo, numa espécie de distorção da norma e do comprometimento com o ideal de igualdade de oportunidades que valida uma competição justa. Por esse motivo, as classes médias se tornam a base social dos movimentos anticorrupção e defendem os agentes “imparciais” do Judiciário contra o “populismo” dos agentes políticos.

A cruzada anticorrupção, nesses casos, costuma assumir o aspecto de moralização da política, como uma ofensa a moralidade pública. A corrupção passa a ser considerada de um ponto de vista moralista, deixando de ser produto de relações entre poder político e poder econômico, ou entre Estado e “mercado”, e se apresenta como um desvio de pessoas sem caráter e desonestas. Nessa concepção, não existe corrupção por derivação de uma estrutura ou de instituições, mas porque faltam pessoas de boa índole. Atributos morais são colados a indivíduos e o julgamento depende da avaliação da conduta, valores e crenças em termos binários – bem ou mal, certo ou errado. Nesse sentido, a solução proposta pouco tem de profundidade, restringindo ora à identificação e punição de indivíduos específicos que apresentem comportamento imoral e ora a escolha eleitoral de “bons” e honestos políticos. Por esse caráter, a cruzada anticorrupção se tornou um empreendimento de agentes em busca da moralização da política que eram considerados referências éticas, os “heróis” da classe média, como Joaquim Barbosa, Sergio Moro e Deltan Dallagnol.

⁸ A bandeira anticorrupção não é um artifício seletivo exclusivamente utilizado no processo político recente, pois o mesmo recurso fora utilizado em períodos anteriores da história política brasileira (SAES, 1985; BOITO JR, 1982). A título de exemplificação, e nos concentrando no período da Quarta República, discurso semelhante serviu para desgastar e derrubar o governo Vargas, entre 1951 e 1954, como estratégia política nas campanhas de Jânio Quadros e para justificar o golpe impetrado contra o governo de João Goulart (MARTUSCELLI, 2015, p. 114-117).

Sendo assim, a ideologia anticorrupção precisa ser avaliada não como mero pretexto falseado, mas por meio da relação estabelecida com as classes que a evocam e com os conflitos da conjuntura concreta. Assim, qual seria o fundamento dessa reação? Quais seriam os interesses de classe encobertos pela pauta anticorrupção? A ideologia da corrupção dissimula os motivos fundamentais perseguidos pela oposição neoliberal ortodoxa e seus interesses de classe. O discurso e a ação contra a corrupção são seletivos e se direcionavam às instituições-chave da política neodesenvolvimentista e aos partidos aliados (BOITO JR, 2018). Para a alta classe média, é ainda mais significativo combater as políticas sociais desenvolvidas pelos governos petistas. A camada superior da classe média tinha interesses econômicos e razões ideológicas próprias para se voltar contra os governos petistas. Como mencionamos, o resultado das políticas neodesenvolvimentistas, sobretudo a ampliação de políticas sociais, ao permitir a inclusão social e política das classes populares, perturbou a normalidade meritocrática da alta classe média (CAVALCANTE, 2018) e turvou as fronteiras que dividem e asseguram a posição social privilegiada dessa fração na estratificação social.

Contudo, a corrupção não se refere estritamente à suposta má administração dos recursos públicos por parte dos governos petistas. A crítica das classes médias entrelaça a corrupção com a crítica à ineficiência do Estado, como se esse fosse essencialmente permeado pela corrupção. Isso novamente reforça o “neoliberalismo de oposição”⁹ cujo objetivo é reduzir o raio de intervenção do Estado e, em conjunto, os impostos que são direcionados para práticas ilícitas. Da perspectiva da alta classe média, a “elevada” carga tributária brasileira tinha dois possíveis destinos: ou servia para sustentar políticas sociais redistributivas, vistas como um meio de compra de voto do eleitorado mais pobre; ou para alimentar uma cadeia de corrupção na qual políticos se utilizavam dos recursos para si ou para seus próprios partidos¹⁰. Nos dois casos, a sensação era de desperdício de dinheiro público às suas custas (CARNEIRO, 2018, p. 21).

Retornemos às mobilizações de 2013. Embalada pelo julgamento do mensalão e pelas suspeitas de superfaturamento em obras para a Copa do Mundo, as demandas da

⁹ Por “neoliberalismo de oposição” (SAES, 2001), indica-se o apoio da classe média à redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social como forma de solucionar o caráter parasitário, cartorial e empreguista do Estado. Não se trata de uma adesão fiel e absoluta ao receituário econômico neoliberal, pois algumas medidas podem prejudicar a própria alta classe média, mas uma solução prática para o que consideravam ser os dois distúrbios do “grande Estado brasileiro”: a corrupção e a alta carga de impostos.

¹⁰ Deltan Dallagnol, em seu livro sobre a operação, sintetiza o raciocínio: “Pagamos altos impostos confiando que o Estado dará conta deles, mas não é isso que acontece. Se essas mazelas decorressem da falta de dinheiro, eu entenderia. Mas as soluções não vêm porque grande parte das verbas se perde ao longo do caminho, indo pelo ralo da corrupção.” (DALLAGNOL, 2017).

classe média estavam mais associadas ao clima de revolta contra a corrupção, diferentemente da pauta inicial. O desvio de percurso, das pautas progressistas levadas a cabo por movimentos à esquerda dos governos petistas, reivindicando melhorias nos serviços públicos, para o confisco moralista por movimentos à direita mobilizados por um combate moralista da corrupção, foi protagonizado pelas classes médias. Naquele contexto, foi sendo forjado e tomando corpo um discurso de que a corrupção era o principal problema do país e que deveria ser combatido a todo custo.

Recusando argumentos teleológicos e se concentrando em seus sentidos, as manifestações de junho de 2013 são, nessa perspectiva, marco e divisor de águas na ação política das classes médias. Na abertura da janela de oportunidades¹¹ para a oposição aos governos petistas, o discurso de combate à corrupção, ancorado numa defesa dos supostos verdadeiros interesses nacionais, começou a se tonificar. Nesse sentido, é preciso destacar que junho de 2013 assinala o fortalecimento de um discurso de combate à corrupção atrelado de maneira direta e seletiva aos governos petistas. Aos gritos de “A nossa bandeira jamais será vermelha” e em nome da defesa de uma só bandeira – a brasileira –, as bandeiras vermelhas são retiradas e os partidos de esquerda são expulsos. As mobilizações de junho de 2013, assim, ganharam outro sentido, sendo confiscadas pelas pautas à direita encampadas pelas classes médias.

c. Do entusiasmo à frustração: as classes médias superiores nas eleições presidenciais de 2014

Para a oposição, o ano de 2014 se iniciou com maior otimismo. A esperança de uma vitória nas eleições presidenciais, depois de três derrotas consecutivas para o lulismo, esteve bem alimentada pela deterioração da popularidade de Dilma, pela evolução da imagem de que o PT havia corrompido o Estado e pelo desempenho econômico ruim, todos fortemente explorados pela grande imprensa. A insatisfação das camadas médias ainda ganhou direção unificada na campanha eleitoral de 2014, sendo fortalecida pela entrada em cena da Operação Lava Jato, em março, desencadeada pela Polícia Federal e pelo Judiciário.

¹¹ De acordo com Tatagiba e Galvão (2019), as manifestações de 2013 possibilitaram a abertura de oportunidades políticas inéditas para um conjunto heterogêneo de atores, sobretudo para agentes sem experiência na participação e organização de protestos. O impacto nas dinâmicas do ativismo seguiu um viés à direita, fomentando a emergência e o crescimento de organizações liberais e conservadoras ao longo de 2014. Foi nesse contexto que surgiram as organizações que iriam coordenar nos anos seguintes os atos em favor do impeachment.

Mesmo diante desse contexto, o esforço não foi suficiente para interromper a sequência de mandatos petistas, frustrando de maneira significativa as ambições da oposição, que passaria a questionar o processo eleitoral e considerar o resultado fraudulento. O resultado das eleições confirmou o comportamento revoltoso das classes médias. Conforme Singer (2018, p. 163), em comparação com as eleições anteriores, no primeiro turno, Dilma havia perdido nove pontos percentuais nos eleitores de renda familiar mensal entre cinco e dez salários mínimos e sete pontos naqueles com renda superior a 10 salários mínimos. A clivagem estabelecida pelo realinhamento (SINGER, 2018) havia, inclusive, se intensificado. Assim, quanto mais pobre era eleitor, maior era a chance de votar na candidata do PT, enquanto maior era a chance de um eleitor mais rico votar no candidato do PSDB. O eleitorado lulista se manteve nas classes populares e o antipetismo se intensificou nas classes médias.

Pouco importou para as classes médias insurgentes que Dilma tenha iniciado, após a vitória, um giro econômico mais firme em direção às políticas neoliberais: responsabilidade fiscal, com cortes de gastos, estabilidade e controle da inflação. Tampouco fez diferença, em resposta às mobilizações de 2013, na esteira de sua faxina ética, o endurecimento da legislação contra a corrupção, regulamentando a delação premiada e definindo organizações criminosas. O Programa Mais Médicos, outra resposta, viu um fervoroso combate das classes médias. As raízes da insatisfação eram mais profundas do que uma metamorfose na política econômica e uma intensificação no combate à corrupção, tornando mais evidente a seletividade do discurso, que tinha origem no antipetismo das classes médias.

3. A sublevação da alta classe média: a campanha pelo impeachment e a performance nacionalista

Tão logo o desfecho do segundo turno fora anunciado, parte da oposição e a alta classe média em estado de insurgência iniciaram uma campanha visando retirar Dilma da presidência. As movimentações da camada superior da classe média contra o PT e a frustração dos tucanos com mais uma derrota parece ter intensificado a instabilidade política proveniente de 2013. Manifestações na capital paulista, que já vinham sendo organizadas pelo Vem Pra Rua e MBL antes do segundo turno das eleições, foram convocadas para os dois meses finais de 2014. Embora com público pequeno e pouca adesão, elas já anunciavam os motes dos protestos seguintes: impeachment de Dilma, contra a corrupção e em luta com os governos petistas.

Começamos com um breve panorama sobre a campanha em favor do impeachment. Organizados virtualmente pelas páginas do MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online, os protestos se iniciaram no final de 2014, encontraram seu ápice em 2015 e atingiram seu objetivo em 2016. Ao todo, tomando como referência o número de manifestantes e a capilaridade nacional, a campanha de mobilizações pró-impeachment produziu cinco grandes atos nacionais, quatro deles em 2015 e um em 2016 (TATAGIBA, 2018). Embora os atos tenham se alastrado por todos os estados, além do Distrito Federal, eles tiveram como epicentro a capital paulista, que registrou o maior número de manifestantes do país, provavelmente por efeito da presença maior das classes médias e dos próprios movimentos que convocavam os atos. A cidade de São Paulo sempre registrou maior público, o que transformou a Avenida Paulista no grande palco da campanha pelo impeachment, sendo sempre acompanhada por coberturas dos grandes veículos de imprensa. O último grande ato, realizado no dia 13 de março de 2016, anunciou a maior manifestação da campanha. Em São Paulo, segundo o Instituto Datafolha, foi o maior ato político registrado na cidade, com 500 mil participantes.

A pauta que unificava os manifestantes era menos um projeto político de contornos claros e mais uma luta contra o PT, partido identificado pelos indivíduos como organizador da corrupção no país (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 198). O antipetismo, portanto, era a substância fundamental das mobilizações, com a habilidade de amalgamar, naquele momento, um conjunto de diferentes orientações políticas. Construído ao longo do ciclo neodesenvolvimentista no seio das classes médias superiores e alimentado pelos escândalos midiáticos de corrupção, o antipetismo era elemento-chave da identidade dos manifestantes. Na chave analítica aqui proposta, o antipetismo tem lugar e conteúdo de classe, consistindo numa rejeição por parte das classes médias superiores ao partido que, ao implementar políticas de redução das desigualdades sociais, propiciou a ascensão social e política das classes populares. De modo prático, isso por percebido como perda de privilégios materiais e simbólicos.

Como algumas pesquisas indicam, o público presente era majoritariamente de alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2019; GALVÃO, 2019). De acordo com uma pesquisa executada pelo Datafolha na manifestação do dia 15 de março de 2015, realizada na cidade de São Paulo, os manifestantes tinham idade média de 40 anos, eram majoritariamente homens – 63% do sexo masculino – autodeclarados brancos – 69% de cor branca. Do ponto de vista profissional, o perfil ainda apontava prevalência de ensino superior completo – 76% dos participantes – e renda familiar acima de 10 salários-

mínimos – 41% dos entrevistados. Com pequenas alterações conforme a magnitude do protesto, esse perfil social de manifestante seria mantido em todas as manifestações.

Na quarta grande manifestação, há algo estatisticamente relevante. Em termos numéricos, a mobilização foi um fiasco, com um público inferior à metade daquela que tinha sido a menor das manifestações, de abril de 2015. Entretanto, conforme dados do Datafolha a respeito de São Paulo, o perfil de alta classe média nos protestos foi acentuado. Todas as variáveis aqui consideradas – renda familiar mensal, nível de instrução formal, cor e sexo – registraram os maiores índices da campanha, o que nos permite afirmar que se tratava justamente do público mais engajado na luta antipetista e a favor do impeachment. A porcentagem de brancos alcança 80% do público presente, a idade média sobe para 48 anos e o percentual de indivíduos com ensino superior e renda familiar mensal de mais de 10 salários mínimos salta para 81% e 44%, respectivamente.

Perfil socioeconômico dos manifestantes pró-impeachment em São Paulo						
Data de realização		15/03/2015	12/04/2015	16/08/2015	13/12/2015	13/03/2016
Estimativa de público		210 mil	100 mil	135 mil	40 mil	500 mil
Sexo	Masculino	63%	56%	61%	58%	57%
	Feminino	38%	44%	39%	42%	43%
Idade	12 a 20 anos	6%	5%	5%	3%	4%
	21 a 25 anos	9%	6%	6%	4%	5%
	26 a 35 anos	28%	19%	19%	16%	19%
	36 a 50 anos	36%	30%	30%	30%	33%
	mais de 51	21%	40%	40%	47%	40%
Nível de instrução formal	Fundamental	2%	3%	4%	4%	4%
	Médio	21%	20%	20%	16%	18%
	Superior	76%	77%	76%	81%	77%
Renda familiar mensal	Até 2 S.M	7%	6%	6%	6%	6%
	De 2 a 5 S.M	22%	22%	21%	20%	25%
	De 5 a 10 S.M	27%	24%	25%	25%	26%
	Acima de 10 S.M	41%	41%	42%	44%	37%
Cor	Branca	69%	73%	75%	80%	77%
	Parda	20%	18%	17%	12%	15%
	Preta	5%	4%	3%	4%	4%
	Outra	5%	5%	5%	4%	3%

Fonte: CAVALCANTE; ARIAS, 2019.

Outros indícios da postura oposicionista da alta classe média foram observados por meio de diferentes formas de protesto. O primeiro deles ocorreu durante jogos de

futebol da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, quando vaias e ofensas pessoais foram direcionadas a Dilma. O público presente nos estádios, devido ao valor dos ingressos, faixa de renda e cor de pele, refletia predominantemente um perfil das classes médias superiores. A segunda forma de protesto foi uma novidade até então: os painéis. Durante alguns pronunciamentos de Dilma na televisão, foram registrados painéis em capitais nacionais, principalmente em São Paulo. Esses atos eram realizados do alto de grandes edifícios localizados em bairros de classe média alta.

Por fim, retornemos às últimas características das mobilizações. A estética dos protestos foi marcada pelo uso intensivo de símbolos nacionais, como a bandeira nacional, as cores verde e amarela e a camiseta da seleção nacional de futebol. Não somente a estética em si, mas a performance reivindicativa como um todo – estética, pautas, cartazes, palavras de ordem, etc – das mobilizações pró-impeachment esteve fortemente atrelada ao nacionalismo.

Um caso particular são as referências elogiosas à parte da burocracia de Estado. Da terceira grande manifestação em diante, as mobilizações pró-impeachment ficaram recheadas de referências de exaltação da Operação Lava Jato e de suas figuras mais importantes, como o juiz Sérgio Moro, os procuradores da força-tarefa e até membros da Polícia Federal que eram encarregados de conduzir os alvos de inquérito, como foi o “Japonês da Federal”. São inúmeros e recorrentes os cartazes em apoio à Polícia Federal, ao Ministério Público e à atuação do juiz Sérgio Moro. Em Curitiba, foi levantada uma enorme bandeira em verde e amarelo que exibia um “Viva a Lava Jato”. Máscaras e bonecos em papelão do juiz, cartazes com “*Je suis Moro*”, camisetas estampadas com “Somos todos Moro” e até panfletos “Moro presidente, Deltan vice” são expostos nas manifestações e afirmam a defesa incontestada da operação.

Uma variedade significativa de jornais¹² passa a reproduzir a perspectiva salvacionista reconhecida no juiz. Numa entrevista a um veículo de imprensa, uma engenheira afirma que sua família toda estava indo ao ato “em apoio ao Sergio Moro, à justiça de um modo geral. Ao Ministério Público, que está fazendo um grande trabalho e à Justiça Federal, que é o que a gente precisa hoje, moralidade para o país”. Outra

¹² Conforme Feres Jr., Barbabala e Bachini (2018), a cobertura dos grandes conglomerados midiáticos sobre os desdobramentos da Operação Lava Jato marca um novo paradigma de relacionamento entre a mídia e a política caracterizado pelo mutualismo. No plano prático, estabeleceu-se uma aliança entre a grande mídia e as instituições do Sistema de Justiça, enquanto, no plano do discurso, a política foi reduzida à corrupção, reforçando a crença de que a solução para os problemas nacionais estaria na atuação técnica do direito exercida por juízes e promotores.

manifestante paulista, na última grande mobilização, afirmou que Moro “é um orgulho nacional. Representa tudo que a gente quer”. Outra, usando uma máscara do Japonês da Federal, disse que era preciso “morrorizar o país”. O reconhecimento na quinta grande manifestação foi tão grande que Moro, em feito inédito, divulgou nota agradecendo o apoio às investigações daqueles que se reuniram para protestar contra a corrupção¹³.

Dentro dessa perspectiva, eles se tornam os novos salvadores da pátria, heróis da alta classe média que, em narrativa epopeica, por se situarem em um patamar moral superior ao dos políticos corruptos, conseguem reagir e combater a política corrupta. A exaltação da técnica do direito, supostamente neutra e imparcial, permite a afirmação de tal superioridade moral perante a política corriqueira da corrupção. A presumida tecnicidade do direito, amparada em normas técnico-jurídicas e leis impessoais codificadas que emanam do Estado como ordem normativa coercitiva, se afasta de questões político-partidárias. Dessa forma, a Lava Jato incendiava as ruas com sua enérgica atuação e com os vazamentos seletivos de relatórios de investigação e, em retorno, passava gradualmente a representar o sentimento de luta contra o PT e a corrupção supostamente instalada no Estado brasileiro pelo partido.

Tais marcas nos remetem a mais um dos elementos ideológicos expostos na campanha pró-impeachment – além do antipetismo e da luta contra a corrupção –, que estão em relação de entrelaçamento. Sugerimos que a associação entre os símbolos nacionais e a defesa incondicional das instituições identificadas com a Operação Lava Jato conformam um nacionalismo das classes médias cujas bases são a defesa de um ideal de nação, a definição de um povo e uma direção para os interesses nacionais. Sendo assim, os sentidos desse nacionalismo estão externalizados no conjunto articulado de referências nacionais expostos acima que, consideradas legítimas e valorizadas pelos “patriotas”, simbolizam o ideal de nação. Vejamos, então, os sentidos encontrados no nacionalismo lavajatista: antipetismo, apego à neutralidade do Estado e burocracia de Estado como “partido” em defesa do Brasil.

Em primeiro lugar, é preciso considerar o entrelaçamento do nacionalismo com o antipetismo, sobretudo em suas duas chaves: a bandeira anticorrupção e o anticomunismo. A ideologia nacional apropriada pelos manifestantes rejeita não somente o PT, mas também todos aqueles considerados “bolivarianos” que são identificados como

¹³ FOLHA. Juiz Sergio Moro, da Lava Jato, é exaltado como herói em protestos. Poder, 13 mar. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749519-sergio-moro-e-exaltado-como-heroi-nacional-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2022.

semelhantes ou aliados, o que engloba países como Cuba e Venezuela. Nos atos, era muito comum encontrar palavras de ordem ou cartazes com dizeres como “Vai para Cuba”, “Fora bolivarianos” ou “O Brasil não irá virar uma Venezuela”. Tais expressões evidenciam, ao identificar Cuba e Venezuela como experiências socialistas aliadas aos governos do PT, que este tipo de nacionalismo rejeita o socialismo ou comunismo e, por consequência, exclui do que concebem como povo-nação aqueles que são considerados petistas, socialistas ou comunistas.

Além disso, a variante anticomunista dessa conjuntura esteve em alguma medida influenciada pela noção de marxismo cultural, um vetor que manteve vivo o discurso anticomunista ao final da década de 90. Embora não seja um conceito em si, o termo carrega a ideia segundo a qual a esquerda teria abandonado uma estratégia revolucionária por meio das armas e estabelecido um domínio por meio das mais diversas esferas da cultura, como escolas, universidades, igrejas, mídia televisiva e outras instituições. Sob a alcunha de “comunista” são consideradas muitas orientações políticas, como petistas, feministas, antirracistas, ativistas pelos direitos humanos, população LGBTQIA+, ambientalistas etc. O comunismo aqui, portanto, é menos a expressão de uma orientação política específica e mais a unificação em um termo “guarda-chuva” de compromissos, valores, ideologias, movimentos tidos progressistas que os patriotas qualificam como de esquerda.

Passemos brevemente à bandeira anticorrupção cujas diretrizes principais abordamos na seção anterior. O que é importante ressaltar, neste momento, é que a luta contra a corrupção foi sendo construída em sintonia com um discurso antissistema segundo o qual a corrupção teria sido “sistematizada” por um sistema político corrompido e que precisaria ser regenerado. Nessa interpretação, haveria uma elite política e econômica – políticos poderosos corruptos e grandes empresários – se perpetuando no poder graças aos privilégios conferidos pelo sistema político corrupto em oposição ao vitimado povo brasileiro, agredido em seus valores e dividido pelos governos petistas. Entretanto, essa narrativa tinha uma direção específica, isto é, ela não abrangia todo o sistema político, mas somente aquele que poderia ser enquadrado como dentro de uma lógica de reprodução do poder petista. A narrativa antissistema seletivamente direcionada considerava que o “sistema” era precisamente uma edificação do PT e, especialmente, de Lula – “comandante máximo do esquema de corrupção identificado na Lava Jato”, aquele que conseguiria ser o “maestro desta grande orquestra” entre a “máquina partidária” e a “máquina de governo” –.

Em um segundo plano do sentido nacionalista, há a reivindicação da neutralidade do Estado, isto é, a não colocação de interesses partidários acima de interesses nacionais, ou como um cartaz dizia “Lute pelo seu país, não pelo seu partido”. A ideologia dominante produzida pelo Estado burguês, em seus efeitos de isolamento e representação de unidade (POULANTZAS, 2019[1968]), apresenta a instituição com um caráter neutro e universal. Dessa forma, apegados à neutralidade, a alta classe média compreende que a política de Estado dos governos petistas "dividiu" o povo brasileiro – em pobres e ricos, em negros e brancos, em nordestinos e sudestinos –, e "privilegiou" as camadas populares por meio de políticas sociais. Assim como a corrupção é vista como uma forma de driblar as regras do jogo e desvalorizar a ideologia meritocrática (CAVALCANTE, 2018), algumas políticas sociais eram tidas como “privilégios”, na concepção da alta classe média, que beneficiavam uns em detrimento daqueles que se esforçavam para tal¹⁴.

Por fim, levando em conta a rejeição ao bolivarianismo do PT e o apego à neutralidade do Estado, a alta classe média se apoiou naqueles que podiam, de forma “técnica, neutra e imparcial”, se contrapor ao presumido projeto de “partidarização do Estado”. Em suma, aqueles que podiam se apresentar como representantes legítimos do povo-nação, aparentemente isolados de interesses partidários: a burocracia de Estado. Nesse caso, não o conjunto integral da burocracia, mas uma parte dela que, mediante a Operação Lava Jato, traduziu juridicamente o antipetismo, deu uma resposta aos interesses dessa fração de classe e se apresentou como uma representação "técnica, neutra e imparcial", portanto, legitimamente em nome do Brasil. Em outros termos, valoriza-se a atuação e a legitimidade da burocracia de Estado como verdadeira representante dos interesses nacionais. Forma-se, portanto, uma espécie de “partido” em nome do Brasil e, conseqüentemente, a defesa dos interesses da Nação, em especial o combate à corrupção, passa a estar a cargo de parte da burocracia de Estado, notadamente Ministério Público Federal, Polícia Federal e setores do Judiciário.

Um cartaz de um manifestante sintetiza bem nosso argumento: “Não se trata de direita contra esquerda. Não se trata de ricos contra pobres. É a nação contra a corrupção”. Aqui, encontramos todos os elementos ideológicos analisados: antipetismo como divisor

¹⁴ Na pesquisa de Ortellado, Solano e Nader (2015), realizada no ato de agosto de 2015, a oposição às cotas era declarada por 79,5% dos manifestantes, que as consideravam geradoras de privilégios e racismos. Algo semelhante se passava com o Bolsa Família, que era visto como um estímulo para que pessoas não trabalhassem. Em síntese, não havia espaço para políticas de redistribuição de renda, tampouco para cotas étnico-raciais, pois essas eram lidas como políticas particularistas e ausentes do dever do Estado, que deve agir de maneira neutra, sem “privilegiar” setores sociais.

nacional, bandeira anticorrupção e nacionalismo. O que o conteúdo desse cartaz evidencia é justamente a tentativa de agregar a sociedade dividida pelos governos petistas em uma só nação e uma definição da luta contra a corrupção como bem maior de interesse nacional, tendo em vista que ela desvirtua a nação de seu rumo. Era preciso a emergência de um partido que se colocasse em defesa do Brasil e que se contrapusesse aos desmandos “partidarizados” do PT e de Lula.

Em conclusão, argumentamos que, sob a alcunha de patriotismo e produzido pela alta classe média, havia a conformação de um nacionalismo lavajatista guiado pelo antipetismo. O nacionalismo se entrelaça com os outros elementos ideológicos ao mesmo tempo em que se cristaliza como a identidade positiva do movimento golpista hegemônico pela alta classe média. Nossa análise desse conjunto de referências buscou sustentar que, para além da simbolização do partido em defesa do Brasil, eles denotam a defesa de um ideal de nação e apontam uma direção para os interesses nacionais: combate à corrupção, luta contra o partido que retirou o Estado de seu ponto de neutralidade e universalidade e uma representação política técnica, neutra e impessoal. A nação ideal seria unida, comandada pelos autodenominados patriotas, e os interesses nacionais estariam livres do bolivarianismo e da corrupção.

4. Considerações finais

O tema abordado neste artigo foi a emergência do nacionalismo como elemento ideológico da alta classe média brasileira durante as mobilizações pelo impeachment. Retrocedemos aos primeiros governos Lula e Dilma para fundamentar a reação de uma classe média tradicional insatisfeita com os resultados das políticas de combate à desigualdade social e de redistribuição de renda, responsáveis por propiciar ascensão social das classes populares. Tais políticas, algumas perturbando a “normalidade meritocrática” que garante a reprodução social da camada superior da classe média, tiveram como efeito prático a perda de privilégios materiais e simbólicos, o que estimulou o antipetismo desse setor.

Aproveitando a situação, as mobilizações de junho de 2013 foram um “ensaio” para as classes médias. Naquela ocasião, conheceram as ruas e perceberam os efeitos de pressão que seu discurso antipetista e contra a corrupção causariam sobre o processo político. Todavia, as manifestações não eram exclusivamente obra da ação política das classes médias opositoras e, com a reeleição de Dilma em 2014, se mostraram

insuficientes para remover o PT do centro do poder político e frear suas políticas econômica, externa e social.

Foi durante a campanha em favor do impeachment de Dilma, entre o final de 2014 e o início de 2016, que a alta classe média inundou as ruas para manifestar suas demandas e para colocar em cena um terceiro elemento ideológico. O nacionalismo, incipiente em 2013 e emergente em 2015, se entrelaçou com os outros elementos ideológicos – antipetismo e bandeira anticorrupção – e se colocou como um retorno do Estado para as mãos do seu “verdadeiro” povo a partir da representação técnica, neutral e imparcial da burocracia de Estado lavajatista, os legítimos atores em defesa do Brasil. Assim, simultaneamente, ele se cristalizou como a identidade positiva – os patriotas – do movimento golpista hegemônico pela alta classe média. Nesse sentido, a nação é uma peça-chave na ocupação do vazio deixado pela lógica antissistema que qualifica os partidos como corruptos e, por consequência, antinacionais. Assim, o apego à nação em contraposição à partidarização do Estado e à corrupção sistematizada do sistema político legitima a ideia de que o nacionalismo pertence a um campo político e que os verdadeiros representantes nacionais se identificam com esse campo.

Em síntese, o nacionalismo permitiu que o conjunto de manifestantes saíssem de uma identidade negativa – o antipetismo – em direção à afirmação de uma identidade positiva que se contrapusesse ao projeto lulista – o nacionalismo. O nacionalismo é a identidade que aglutina e unifica os autoproclamados patriotas. Os atores políticos que representavam esse sentimento nacional, naquela conjuntura específica, eram a burocracia de Estado lavajatista. Assim, buscamos sustentar que o nacionalismo é elemento chave na identidade desses atores e, por consequência, são fundamentais para compreensão da extrema-direita brasileira atual. Nesse sentido, tomar como ponto de partida as mobilizações pelo impeachment é essencial para compreender a origem do bolsonarismo, pois é ali que nasce o movimento neofascista (BOITO JR, 2021; BADARÓ MATTOS, 2022) e que Bolsonaro vai ganhando tração popular. Contudo, nosso intuito foi dar apenas um primeiro passo para a compreensão da atual extrema-direita brasileira.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio F. Ideologia nacional e nacionalismo. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2014.
BOITO JR., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. Brasiliense, 1982.

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2018.

_____. O caminho brasileiro para o fascismo. Caderno CRH, v. 34, 2021.

CAMPOS, Guilherme Caldas de Souza. O emprego formal no Brasil dos anos 2000: Um estudo da Relação Anual de Informações Sociais (2003-2013). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP (IE), 2016.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento. Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista de Dilma Rousseff. In: Carneiro, Ricardo et al. (Org.) Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 11-54.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. Classe Média e Conservadorismo Liberal. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.) Direita, Volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 177-195.

_____. Classe média, meritocracia e corrupção. Crítica Marxista, n. 46, p. 103-125, 2018.

_____.; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2015-2016). In: BOUFFARTIGUE, P., et al. (org.). O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais. São Paulo: Alameda, 2019.

DALLAGNOL, Deltan. A luta contra a corrupção: a Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

FERES JR, João; BARBABELA, Eduardo; BACHINI, Natasha. A Lava Jato e a mídia. In: KERCHE, Fábio; FERES JR, João. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. Editora Contracorrente, 2018.

GALVÃO, Andréia. As classes médias na crise política brasileira. Blog Junho, 27 jun. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/as-classes-medias-na-crise-politicabrasileira>. Acesso em: 19 jun. 2019.

KAYSEL, André. Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964). Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2014.

MAGALHÃES José Carlos G. de. Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil. Mimeo, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. *Relações Internacionais*, n. 73, p. 25-39, 2022.

MIGUEL, Luis F.; COUTINHO, Aline de A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião pública*, v. 13, p. 97-123, 2007.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. "Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015". 16 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.monitordigital.org/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista Estudos Culturais*, n. 1, 2014.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2019[1968].

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: neoliberalismo versus democracia. Boitempo Editorial, 2018.

SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

_____. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. Boitempo Editorial, São Paulo: 2001.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

_____. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

TATAGIBA, Luciana.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (1997-2015). In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 197-212, 2015.

_____. "Entre as ruas e as instituições. Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff". *Lusotopie*, vol. 17, nº 1, p. 112-135, 2018.

_____; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.